

O CD deliberou aprovar.

Ao CD, para aprovação.

2024.09.04

A Vogal do CD

PROGRAMA DE CONCURSO

**AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE BANCO DE APOIO PARA
PAGAMENTO PARA IBAN VIRTUAL – GC e SICC**

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

Nº 2124000114

igfSS

**INSTITUTO
DE GESTÃO FINANCEIRA
DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.**

ÍNDICE

ARTIGO 1.º – OBJETO	3
ARTIGO 2.º – ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE	3
ARTIGO 3.º – ÓRGÃO COMPETENTE	3
ARTIGO 4.º – CONCORRENTES	3
ARTIGO 5.º – PLATAFORMA ELETRÓNICA	3
ARTIGO 6.º – PREÇO BASE	3
ARTIGO 7.º – PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS	4
ARTIGO 8.º – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS	4
ARTIGO 9.º – DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA	4
ARTIGO 10.º – PROPOSTAS COM VARIANTES	5
ARTIGO 11.º – NEGOCIAÇÃO	5
ARTIGO 12.º – ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS	5
ARTIGO 13.º – EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS	5
ARTIGO 14.º – AUDIÊNCIA PRÉVIA	6
ARTIGO 15.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO	6
ARTIGO 16.º – ESCOLHA DO ADJUDICATÁRIO	6
ARTIGO 17.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
ARTIGO 18.º – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO	7
ARTIGO 19.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	7

PROGRAMA DE CONCURSO**CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL N.º 2124000114****AQUISIÇÃO DE SERVIÇO BANCO DE APOIO PARA PAGAMENTO PARA IBAN VIRTUAL – GC E SICC****ARTIGO 1.º – OBJETO**

1. O presente programa de procedimento tem por objeto a **aquisição de serviço de banco de apoio para pagamento para IBAN Virtual – GC e SICC**.
2. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos Contratos Públicos - Vocabulário Comum para os Contratos Públicos (CPV) a presente prestação de serviços tem a seguinte classificação: **66110000-4 – Serviços de banca**.

ARTIGO 2.º – ENTIDADE PÚBLICA CONTRATANTE

A entidade pública contratante é o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P., adiante designado IGFSS, com sede na Av. Manuel da Maia, n.º 58, 1049-002 Lisboa, com os números de telefone 21 843 33 00, de fax 21 843 37 12 e correio eletrónico igfss-dga-dai@seg-social.pt.

ARTIGO 3.º – ÓRGÃO COMPETENTE

O procedimento foi aberto na sequência da deliberação do Conselho Diretivo do IGFSS, no uso de competência própria, nos termos dos artigos 36.º e 38.º do Código dos Contratos Públicos, em conjugação com o n.º 2 do artigo 38.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 5/2012, de 17 de janeiro, e com a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho.

ARTIGO 4.º – CONCORRENTES

1. Podem apresentar proposta as entidades que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. Os concorrentes devem possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato a celebrar.
3. Podem concorrer, todas as entidades devidamente autorizadas e licenciadas pelo Banco de Portugal para fornecer os serviços objeto do contrato a celebrar.

ARTIGO 5.º – PLATAFORMA ELETRÓNICA

O procedimento relativo à contratação da prestação de serviços objeto do concurso público será desenvolvido através da plataforma eletrónica www.acingov.pt.

ARTIGO 6.º – PREÇO BASE

1. O preço base unitário para o procedimento é de **0,103 EUR**.
2. O preço máximo que o IGFSS se dispõe a pagar pelo serviço de banco de apoio para pagamento para IBAN Virtual – GC e SICC é de **498.792,54 EUR (quatrocentos e noventa e oito mil, setecentos e noventa e dois euros e cinquenta e quatro cêntimos)**, a que acresce IVA à taxa legal em vigor, para o período máximo de vigência do contrato de 36 (trinta e seis) meses.
3. O preço referido nos números anteriores inclui os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IGFSS, nomeadamente as despesas com meios humanos, despesas de manutenção de meios

materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças, em que o adjudicatário haja de incorrer em virtude da execução das obrigações que para aquele emergem do programa do procedimento e do contrato.

ARTIGO 7.º – PRAZO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. As propostas e os documentos que instruem a proposta de preço deverão ser enviados através da plataforma www.acingov.pt, até às 23:59h do 30.º dia, contado a partir da data de envio do anúncio para publicação.
2. A data limite fixada no número 1 pode, a pedido dos interessados e em casos devidamente fundamentados, ser prorrogada por prazo adequado quando o programa do procedimento ou o caderno de encargos não puderem ser fornecidos nos prazos estabelecidos para o efeito.
3. A decisão de prorrogação prevista no número anterior cabe ao órgão competente para a decisão de contratar e deve ser junta às peças do procedimento e notificada a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se imediatamente aviso daquela decisão, nos mesmos termos em que foi publicitado o anúncio do concurso.
4. O prazo previsto para a apresentação de propostas não se suspende aos sábados, domingos ou feriados.

ARTIGO 8.º – PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

1. Os interessados podem solicitar esclarecimentos, bem como apresentar lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões do caderno de encargos por si detetados, através da plataforma www.acingov.pt, relativos à boa compreensão e interpretação dos elementos expostos, durante o primeiro terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
2. Os esclarecimentos devem ser prestados pelo júri, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados até ao fim do segundo terço do prazo fixado no n.º 1 do artigo anterior, considerando-se rejeitados todos os que, até final deste prazo, não sejam expressamente aceites.

ARTIGO 9º – DOCUMENTOS QUE ACOMPANHAM A PROPOSTA

1. A proposta é constituída pelos seguintes documentos:
 - 1.1. **Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)**, conforme modelo pré-preenchido a disponibilizar pelo IGFSS na plataforma de contratação de suporte ao procedimento de contratação www.aicngov.pt, o qual deverá ser completado on-line no sítio <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt> por cada concorrente com as informações que lhe digam respeito;
 - 1.2. **Documento que contenha os atributos da proposta de acordo** com os quais o concorrente se dispõe contratar, identificando designadamente:
 - 1.2.1. “Ficheiro de apresentação de Proposta”:
 - 1.2.1.1. Preço global da prestação de serviços, em euros e sem inclusão de IVA;
 - 1.2.1.2. Custo fixo por transação, em euros e sem inclusão de IVA;
 - 1.2.1.3. Mensalidade, em euros e sem inclusão de IVA.
 - 1.3. **Documentos exigidos pelo programa de concurso que contenham os termos ou condições**, relativos a aspetos da execução do contrato, não submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, aos quais o IGFSS pretende que o concorrente se vincule:

1.3.1. Condições de pagamento;

1.3.2. Prazo de manutenção da proposta.

2. Integram também a proposta quaisquer outros documentos que o concorrente apresente por os considerar indispensáveis.
3. A proposta, bem como todos os documentos a esta associados, devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes legais, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura deve o concorrente submeter na plataforma, juntamente com a proposta, um documento indicando comprovadamente o poder de representação e a assinatura do assinante, em cumprimento do n.º 7 do mencionado artigo 54.º.
4. Todos os documentos da proposta têm de ser redigidos em língua portuguesa, quando pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Os documentos que constituem a proposta devem ser apresentados em formato digital, cumprindo o estipulado no Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), que define as especificações técnicas e os formatos digitais a adotar pela Administração Pública, nos termos previstos na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, e ser inseridos nos respetivos campos da plataforma eletrónica. São ainda aceites documentos nos seguintes formatos digitais: *.dwg, *.doc, *.xls, *.mpp ou *.pdf.
6. A proposta, bem como todos os documentos a esta associados, devem ser assinados eletronicamente pelo concorrente ou seus representantes legais, mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
7. Em caso de discrepância entre preços apresentados no “ficheiro de apresentação de propostas” e quaisquer outros apresentados em documentos que acompanham a proposta, prevalecem os primeiros.
8. O concorrente fica obrigado a manter a sua proposta durante um período de 66 (sessenta e seis) dias contados da data limite para a sua entrega.

ARTIGO 10.º – PROPOSTAS COM VARIANTES

1. Não é admitida a apresentação de propostas com variantes.
2. Para efeitos do concurso, proposta com variantes é aquela que apresenta diferenças em relação à proposta base.

ARTIGO 11.º – NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar à negociação da proposta.

ARTIGO 12.º – ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PROPOSTAS

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes esclarecimentos que considere necessários sobre as propostas apresentadas para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados fazem parte integrante das propostas desde que não contrariem elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos.
3. Todos os concorrentes devem ser notificados dos esclarecimentos referidos nos números anteriores.

ARTIGO 13.º – EXCLUSÃO DAS PROPOSTAS

1. São excluídas as propostas:

- 1.1. Apresentadas por concorrentes relativamente aos quais o IGFSS tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos;
- 1.2. Que não cumpram o disposto nos artigos 6.º, 9º e 10.º do programa de concurso;
- 1.3. Que apresentem atributos que violem os parâmetros base fixados no caderno de encargos;
- 1.4. Cuja análise revele a impossibilidade de avaliação das mesmas em virtude da forma de apresentação de algum dos seus atributos;
- 1.5. Que o contrato a celebrar implique a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis;
- 1.6. Que revelem a existência de fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência.

ARTIGO 14.º – AUDIÊNCIA PRÉVIA

1. A decisão de adjudicação será precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.
2. Os concorrentes têm 5 (cinco) dias, após a notificação do relatório preliminar, para se pronunciarem sobre o mesmo.

ARTIGO 15.º – CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com a modalidade de avaliação do preço enquanto único aspeto da execução do contrato a celebrar, de acordo com o disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 74.º, do Código dos Contratos Públicos.
2. Exclusivamente para efeitos de ordenação das propostas, em sede de avaliação das mesmas, o valor (CT) é apurado pela seguinte fórmula, com resultado apresentado em 2 (duas) casas decimais:

$$CT = (CF * N) + (M * 36)$$

onde:

CF – Custo Fixo unitário;

N – Número de Transações estimadas para 36 (trinta e seis) meses;

(O nº de transações estimadas para o período de 36 meses é de 4.842.646).

M – Mensalidade.

3. Em caso de igualdade de preços será utilizado o critério de desempate, sorteio presencial em ato público, na sede do IGFSS, em data a comunicar aos concorrentes, para a ordenação das propostas.

ARTIGO 16.º – ESCOLHA DO ADJUDICATÁRIO

1. Depois de cumpridas as formalidades previstas na lei, o órgão competente para a decisão de contratar, com base no relatório final elaborado pelo júri, decide sobre a aprovação de todas as propostas para efeitos de adjudicação.
2. A decisão de adjudicação acompanhada do relatório final de análise das propostas, é notificada, em simultâneo, a todos os concorrentes.
3. A minuta do contrato é notificada ao adjudicatário para efeitos de aceitação nos termos do artigo 100.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 17.º – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. Nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, no prazo de 5 (cinco) dias, deve o adjudicatário entregar os seguintes documentos de habilitação:
 - 1.1. Declaração emitida conforme modelo constante do anexo II do Código dos Contratos Públicos, na sua atual redação;

- 1.2. Certidão emitida pelo Serviço de Finanças que ateste a sua situação contributiva regularizada;
 - 1.3. Certidão emitida pelo Instituto da Segurança Social, I.P., que ateste que tem a sua situação regularizada perante a mesma;
 - 1.4. Certidão da Conservatória do Registo Comercial com a indicação dos representantes legais da Sociedade com poderes para proceder à outorga e a que título, pois caso seja por mandato, será necessário apresentar a respetiva procuração;
 - 1.5. Documento comprovativo de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos (declaração de registo criminal dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e certificado de registo criminal da pessoa coletiva).
2. O IGFSS concede ao adjudicatário o prazo de 3 (três) dias para supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que constituam motivo de caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos.

ARTIGO 18.º – CELEBRAÇÃO DE CONTRATO ESCRITO

1. A minuta do contrato é aprovada pelo órgão competente para a decisão de contratar.
2. O adjudicatário fica obrigado a pronunciar-se sobre a minuta do contrato no prazo de 5 (cinco) dias após a sua receção, findo o qual, se o não fizer, se considerará aceite a mesma minuta.
3. O contrato deve ser celebrado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação.

ARTIGO 19.º - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Em tudo o omissso no programa de concurso observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

